

Sayad entrega plano a Funaro

Brasília — O novo Plano de Estabilização Econômica do Ministério do Planejamento prevê uma inflação de 2% a 3% a partir de setembro, quando os salários e preços passariam a ser reajustados mensalmente e o salário mínimo, além de aumento real (acima, da inflação), também seria protegido pelo gatilho — com reajuste automático sempre que a inflação atingisse 5%. Ontem, Sayad entregou o plano ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o discutiu com lideranças do PMDB.

A implementação do plano só é possível com um rígido controle do déficit público, que, a partir também de setembro, não poderia ultrapassar o limite de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo teria de elaborar um projeto de lei definindo regras estritas de controle da base monetária (emissão de moeda) e o presidente do Banco Central ficaria obrigado a prestar conta ao Congresso, a cada quatro meses, sobre o comportamento da base monetária no período anterior e as ações prevista para o próximo quadrimestre. O Congresso, então, teria poderes para até substituir o titular do cargo.

Gradual

Outras premissas para a implementação do plano integralmente, em primeiro de setembro, são: 1) realinhar corretamente tarifas e preços das empresas estatais; 2) eliminar parte significativa do subsídio ao trigo (como o governo está decidindo); 3) austeridade real para contratações, custeio e novos projetos do setor público; 4) reordenamento das finanças estaduais.

Nesta primeira fase, há consciência na Seplan de que a inflação dispararia por, pelo menos, três meses.

Durante esse período, estaria garantido o gatilho salarial e o início do programa, em setembro, coincidiria com a aplicação do IPC integral sobre os salários daquela data. A partir daí, o reajuste acompanharia o dos preços, mês a mês.

Sayad telefonou, ontem de manhã para Funaro, que chegara na véspera do Japão, e detalhou o plano. Logo depois, enviou uma cópia do documento para o Ministério da Fazenda. Para almoço, na própria Seplan, recebeu os senadores Severo Gomes (SP), Gerson Camata (ES) e José Richa (PR), além do deputado Euclides Scalco (PR), todos do PMDB, e também falou longamente sobre a necessidade e as vantagens do seu plano.

No almoço, os parlamentares reclamaram mais uma vez da falta de uma economia interna definida e clara, apoiaram medidas para o reordenamento das finanças estaduais (Camata e Richa são ex-governadores) e fizeram uma enfática defesa da contenção do déficit público e do aumento das taxas de juros. Severo Gomes classificou o plano Sayad de “engenhoso”.

No Congresso-Constituinte, há várias interpretações para a decisão do governador eleito de São Paulo, Orestes Quécia, de não indicar ninguém para a Secretaria do Planejamento do seu governo, porque o cargo estaria sendo reservado, a pedido de Sarney, para Sayad. Entretanto, um parlamentar muito próximo do presidente da República diz que o plano do ministro “faz sentido” e que Sarney de fato está considerando a hipótese de implementá-lo. A equipe de Sayad conta com isso.